



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE RIO GRANDE EM 29.05.2017

Aos 29 dias do mês de maio de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Rio Grande o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 0002669-97.2017.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Coordenadora Cláudia de Felipe Rodrigues, lotada nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pela Gestora da Unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 19.08.2016

**Data de Implantação do PJe:** 11.12.2012

**Jurisdição:** Rio Grande e São José do Norte

**1.1 Período Correcionado:** de 01.01.2016 a 31.05.2017

**Dados estatísticos coletados para o Mapeamento Global de Desempenho (MGD):**  
1º.04.2016 a 31.03.2017

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz (a) Diretor (a) do Foro	Titularidade
Giovani Martins de Oliveira	3ª Vara do Trabalho de Rio Grande

#### 2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Rio Grande gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

##### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro**

Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Claudia de Felipe Rodrigues	Analista Judiciário – Área Judiciária	Coordenador (CJ1)	14.04.2014
2	Karen Christie Louro Mano Marques	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.01.2013
3	Ernesto Luiz Castro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.01.2013
SEG	Diogo Votto Fernandes	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	17.02.2010
SEG	Julio Cesar Souza Berchon Des Essarts	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	28.05.2007
SEG	Rudimar Dombkewitsch Sartori	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	12.03.2001
SEG	Tomaz Alexandre Rembowski	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	15.02.1995

**Servidores Lotados na Central de Mandados**

Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Alex Jordan Soares Mamede	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	06.12.2016
2	Felipe Solano Moreira Monteiro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	15.08.2012
3	Guilherme Agulham	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	25.05.2015
4	Luis Fernando Guerreiro Goncalves	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	27.05.2013
5	Luiz Carlos de Souza	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.07.2009



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Marcio Fernando Bratz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	29.07.2014
---	-----------------------	--	---	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.05.2017)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Rudimar Dombkewitsch Sartori	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
2	Ernesto Luiz Castro	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	9
3	Julio Cesar Souza Berchon Des Essarts	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	24	30
		Fruição dos dias trabalhados nas eleições (TREF)	6	
4	Jose Luiz da Silva Mattos	Doença em pessoa da família (LPF)	3	15
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	
5	Tomaz Alexandre Rembowski	Falecimento Pessoa da família (FALC)	8	17
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Karen Christie Louro Mano Marques	Doença em pessoa da família (LPF)	1	1
---	-----------------------------------	-----------------------------------	---	---

Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)	
1	Felipe Matozo Knopp	Curso ou Evento (CURS)	3	21
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	18	
2	Guilherme Agulham	Doença em pessoa da família (LPF)	5	24
		Licença Paternidade (PAT)	19	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.05.2017)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Jose Luiz da Silva Mattos	09.02.2004	23.04.2017	13 anos, 2 meses e 15 dias	Aposentadoria
2	Roberto Neme Clasen	21.09.2016	02.10.2016	12 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz (FC05)

Central de Mandados					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Felipe Matozo Knopp	02.03.2015	17.10.2016	1 ano, 7 meses e 16 dias	Lotação na CCDF de Gravataí

## 2.2.5 Estagiários



A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.05.2017.

### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>			
	<b>Certidões Expedidas</b>	<b>Emolumentos arrecadados</b>	<b>Emolumentos dispensados</b>
<b>Abr-2015 a Mar-2016</b>	858	R\$ 3.754,09	R\$ 991,25
<b>Média mensal</b>	71,50	R\$ 312,84	R\$ 82,60
<b>Abr-2016 a Mar-2017</b>	731	R\$ 3.334,51	R\$ 711,17
<b>Média mensal</b>	60,92	R\$ 277,88	R\$ 59,26
<b>Variação</b>	-14,80%	-11,18%	-28,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em .2017)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 60,92 certidões negativas por mês no período compreendido entre maio de 2016 e abril de 2017, média 14,8% menor que a verificada no ano anterior.

Segundo informado pela Coordenadora, as certidões negativas são expedidas em 24 horas. São mantidos na Unidade apenas o requerimento e a GRU apresentados pelo solicitante – ou documento que comprove a hipossuficiência do requerente.

#### **3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

##### **3.2.1 Reclamadas**

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS</b>			
	<b>Unificadas</b>	<b>Não unificadas</b>	<b>Total</b>
<b>Reclamadas</b>	17.710 – 97,7%	416- 2,3%	18.126
<b>Processos com reclamadas</b>	61.264 (Totalmente) – 99,18%	163 – 0,26%	61.768
	341 (Parcialmente) – 0,55%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017, 11h11min)

O artigo 41, §4º, da CPRC dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.



De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR consultados no dia 15.05.2017, 97,7% das reclamadas (17.710 reclamadas) dos processos físicos do Foro de Rio Grande encontravam-se com cadastro unificado. Portanto, restavam pendentes de unificação 416 cadastros de reclamadas.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançaram o percentual de 99,18% dos que tramitam no Foro.

Segundo a Coordenadora, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é feita somente mediante solicitação, em razão do grande volume de serviço atual. Nos casos de haver inclusão de reclamadas ou sócios no polo passivo, há, sim, controle da unificação dos cadastros. Para tanto, é feita consulta ao sistema da Receita Federal.

Atualmente, na medida do possível, está procedendo a alteração do cadastro unificado, conforme listagem enviada pela ASSTECO.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		3.498 – 51,77%	3.259 – 48,23%	6.757
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	46.134 (Totalmente) – 74,69%	14.057 – 22,76%	61.768
		1.577 (Parcialmente) – 2,55%		
	Reclamada	32.118 (Totalmente) – 52%	24.642 – 39,89%	61.768
		5.008 (Parcialmente) – 8,11%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017 às 11h11min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 51,77% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Rio Grande encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes encontravam-se totalmente unificados em 74,69% dos processos e os dos advogados de reclamadas em 52%.

### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Órgãos		682 – 68,85%	309 – 31,15%	992
Processos com Órgãos		3.114 – 92,02%	270 – 7,98%	3.384

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017 às 11h11min)

De acordo com o sistema informatizado, 68,85% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, assim como 92,02% dos processos com órgãos a ele vinculados.



### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

	Mai-2015 a Abr-2016	Mai-2016 a Abr-2017	Variação
Ação cautelar	1	0	-100,00%
Ação civil pública	1	0	-100,00%
Ação cobrança contr.sind	1	0	-100,00%
Ação de consignação	2	0	-100,00%
Ação de cumprimento	9	4	-55,56%
Ação de indenização	2	0	-100,00%
Ação monitória	5	0	-100,00%
Carta de sentença	3	1	-66,67%
Embargos de Terceiro	18	13	-27,78%
Outros	2	0	-100,00%
Reclamatória-Ordinário	933	26	-97,21%
Reclamatória-Sumaríssimo	194	18	-90,72%
TEE conciliação da CCP	4	1	-75,00%
TEE multa da DRT	11	0	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.186</b>	<b>63</b>	<b>-94,69%</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>98,83</b>	<b>5,25</b>	<b>-94,69%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em .2017)

No período compreendido entre maio de 2016 e abril de 2017, foram distribuídas 63 novas ações em **processos físicos** no Foro de Rio Grande, registrando-se uma média mensal de 5,25 distribuições. Esse número foi 94,69% menor que o do período anterior.

Sinale-se que, desde a implantação do PJe-JT, os processos físicos cadastrados são ações incidentais ou redistribuição de processos físicos entre as Varas do Foro devido à criação da 3ª e 4ª Varas.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Mês	Petições e Documentos Protocolados		
	Total	Dias Úteis	Média/dia
Mai-2015 a Abr-2016	10.701	222	48,20



<b>Mai-2016 a Abr-2017</b>	7.191	218	32,99
<b>Variação</b>	-32,80%	-1,80%	-31,57%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2017)

No período de maio de 2016 a abril de 2017, foram protocolizadas 7.191 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 32,99 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma queda de 31,57% na média diária. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT.

Informou a Coordenadora que as petições, documentos e processos devolvidos ao longo do dia são encaminhados na manhã do dia seguinte à 1ª e 2ª Varas do Trabalho, as quais estão localizadas no mesmo prédio que a CCDF. Em relação à 3ª e a 4ª Varas do Trabalho, que estão instaladas em outro prédio (Marechal Floriano, 425), utiliza-se o serviço de malote; as petições, documentos e processos devolvidos são colocados no malote do dia seguinte, chegando ao destino no dia posterior. Adota-se, entretanto, procedimento especial para pedidos urgentes, procedendo-se de pronto o protocolo e a entrega na respectiva Vara, mediante listagem impressa.

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR incumbe à Coordenadora da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Rio Grande está dividido entre os dois prédios em que funcionam as Varas: um para processos da 1ª e 2ª Varas, outro para os processos da 3ª e 4ª Varas, junto à CCDF e à sala de apoio da CCDF, respectivamente.

A Unidade realiza a conferência das guias e dos lotes enviados pelas Varas: verifica se os processos estão conforme a relação enviada pela Vara, assim como a altura da pilha. Efetua, também, o recebimento no inFOR. Depois, organiza os processos no arquivo em ordem numérica crescente.

Segundo a diretora, quase não há mais lugar para novos processos no arquivo existente no prédio 1.

### 3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Não havia processo em carga com prazo excedido na data da consulta ao sistema, em 15.05.2017. Informou a coordenadora que a cobrança das cargas é feita semanalmente.

## 4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

### 4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS





Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

A área territorial abrangida pela Jurisdição do Foro de Rio Grande é bem extensa, abrangendo o município do Rio Grande, que possui uma área rural com diversos núcleos urbanos longe da sede, como Vila da Quinta (25 km), Povo Novo (45 Km), Capão Seco (55 Km) e Taim (120 Km), bem como o município de São José do Norte, como núcleo urbano e também extensa área rural, a qual se estende até Bojuru (100 Km da sede).

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Rio Grande está dividida em 5 setores:

Zona 10: Centro de Rio Grande – Marechal Floriano até a Av. Major Carlos Pinto e Almirante Barroso até a Rua Riachuelo. Oficiais: Guilherme Agulham e Felipe Solano;

Zona 20: 10 bairros de Rio Grande e o Distrito Industrial, a 4ª Secção da Barra e o município de São José do Norte. Oficial: Márcio Bratz;

Zona 30: 37 bairros de Rio Grande. Oficial: Alex Jordan;

Zona 40: 29 bairros de Rio Grande, incluindo Taim, Povo Novo e Vila da Quinta. Oficial: Luís Fernando Guerreiro

Zona 50: 10 bairros de Rio Grande, incluindo Balneário Cassino. Oficial: Luiz Carlos.

A troca de zonas é feita a cada dois meses.

## **4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS**

Os mandados são distribuídos uma vez por semana, com exceção dos urgentes e dos plantões - que são distribuídos no mesmo dia do recebimento pela CCDF ao Oficial de Justiça de plantão. No PJe, os mandados são distribuídos automaticamente e diariamente pelo sistema.

Registra-se que o plantão é semanal e que nas férias dos Oficiais os mandados que não têm urgência ficam aguardando o seu retorno. Os mandados urgentes são distribuídos ao plantonista.

A devolução dos mandados físicos é feita no mínimo duas vezes por semana, geralmente nas terças e quintas-feiras. Os mandados do PJe são devolvidos às Varas automaticamente pelo sistema e os Oficiais vão devolvendo os mandados à medida que cumpridos.

Registra-se existir controle dos mandados recebidos de outros Foros para cumprimento.

## **4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS**

### **4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho**

**Processos Físicos**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Mês/Ano	Total	Média Mensal
Mai-2015 a Abr-2016	996	83,00
Mai-2016 a Abr-2017	665	55,42
Variação	-33,23%	-33,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
Mai-2015 a Abr-2016	2.458	204,83
Mai-2016 a Abr-2017	3.602	300,17
Variação	46,54%	46,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.05.2017)

Entre maio de 2016 e abril de 2017, a Central de Mandados de Rio Grande recebeu 4.267 mandados, sendo 655 de processos físicos e 3.602 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 355,58 mandados recebidos, média geral 23,54% superior à média verificada no período anterior (287,83 mandados).

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 33,23% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos.

#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	Mai-2015 a Abr-2016	Mai-2016 a Abr-2017	Variação
Busca e Apreensão	13	11	-15,38%
Citação	251	206	-17,93%
Condução de Testemunha	1	2	100,00%
Notificação	259	173	-33,20%
Penhora	276	166	-39,86%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Outros</b>	220	125	-43,18%
<b>Total</b>	<b>1.020</b>	<b>683</b>	<b>-33,04%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017)

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS</b>			
	<b>Mai-2015 a Abr-2016</b>	<b>Mai-2016 a Abr-2017</b>	<b>Variação</b>
<b>Notificação</b>	1.808	2.206	22,01%
<b>Mandado</b>	545	1.124	106,24%
<b>Ofícios</b>	95	238	150,53%
<b>Total</b>	<b>2.448</b>	<b>3.568</b>	<b>45,75%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.05.2017)

Foram cumpridos 4.251 mandados pelos Oficiais de Justiça no período avaliado, dos quais 683 oriundos de processos físicos e 3.568 de processos eletrônicos. Em relação ao período anterior, houve redução de 33,04% nos mandados cumpridos nos processos físicos e aumento de 45,75% nos eletrônicos. Nos processos físicos, a citação foi a espécie mais frequente de diligência. Nos processos eletrônicos, as notificações foram as diligências mais frequentes.

#### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS</b>			
	<b>Mai-2015 a Abr-2016</b>	<b>Mai-2016 a Abr-2017</b>	<b>Variação</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	13,31	5,91	-55,60%
<b>Citação</b>	6,59	5,23	-20,61%
<b>Condução de Testemunha</b>	1.135,00	14,00	-98,77%
<b>Notificação</b>	6,44	5,10	-20,84%
<b>Penhora</b>	10,81	9,34	-13,61%
<b>Outros</b>	4,59	4,20	-8,51%
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>8,45</b>	<b>6,04</b>	<b>-28,52%</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	Mai-2015 a Abr-2016	Mai-2016 a Abr-2017	Variação
<b>Notificação</b>	5,63	5,95	5,63%
<b>Mandado</b>	7,66	8,01	4,54%
<b>Ofício</b>	5,56	5,92	6,52%
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>6,08</b>	<b>6,60</b>	<b>8,49%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.05.2017)

Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos pela Central de Mandados de Rio Grande observou redução de 28,52%. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, e excluídos os mandados de condução de testemunha, constata-se que as penhoras foram as diligências que demandaram maior tempo para cumprimento.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o prazo médio geral para efetivo cumprimento das diligências pelos Oficiais de Justiça foi de 6,6 dias, apresentando aumento de 8,49% em relação ao período anterior. Dentre as espécies, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados”.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos Oficiais de Justiça Avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS FÍSICOS				
	Mai-2015 a Abr-2016	Percentual Correspondente	Mai-2016 a Abr-2017	Percentual Correspondente
<b>Busca e Apreensão</b>	6	46,15%	3	27,27%
<b>Citação</b>	53	21,12%	33	16,02%
<b>Condução de Testemunha</b>	1	100,00%	1	50,00%
<b>Notificação</b>	62	23,94%	28	16,18%
<b>Penhora</b>	116	42,03%	54	32,53%
<b>Outros</b>	29	13,18%	13	10,40%
<b>Total Geral</b>	<b>67</b>	<b>26,18%</b>	<b>132</b>	<b>19,33%</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	Mai-2015 a Abr-2016	Percentual Correspondente	Mai-2016 a Abr-2017	Percentual Correspondente
<b>Notificação</b>	284	15,71%	493	22,35%
<b>Mandado</b>	164	30,09%	400	35,59%
<b>Ofício</b>	9	9,47%	52	21,85%
<b>Total</b>	<b>457</b>	<b>18,67%</b>	<b>945</b>	<b>26,49%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.05.2017)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

**Em relação aos processos físicos**, constatou-se a devolução de 132 mandados após o decurso do prazo legal, valor correspondente a 19,33% de todos os mandados cumpridos, havendo diminuição em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso no período anterior, que foi de 26,18%. Dentre essas diligências, as penhoras foram aquelas que apresentaram o maior índice de devolução com atraso.

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 945 foram devolvidos com atraso pelos Oficiais de Justiça, o equivalente a 26,49% de todos os mandados cumpridos no período, havendo aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso no período anterior, que foi de 18,67%. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso, ainda que, em números absolutos, as notificações tenham sido o tipo de mandado devolvido com atraso em maior quantidade.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Rio Grande:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001120-53.2012.5.04.0121	CONDUÇÃO DE	30/10/2012	09/12/2015	<b>1.135*</b>
0115500-80.1998.5.04.0121	NOTIFICAÇÃO	15/03/2016	05/05/2016	<b>51</b>
0009400-64.1999.5.04.0122	OUTROS	19/07/2016	05/09/2016	<b>48</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0144000-70.2009.5.04.0122	PENHORA	03/11/2015	15/12/2015	<b>42</b>
0000771-50.2012.5.04.0121	PENHORA	24/01/2017	06/03/2017	<b>41</b>
0001421-65.2010.5.04.0122	NOTIFICAÇÃO	20/10/2015	26/11/2015	<b>37</b>
0000828-68.2012.5.04.0121	CITAÇÃO	15/12/2015	21/01/2016	<b>37</b>
0000247-84.2011.5.04.0122	BUSCA E APREENSÃO	15/12/2015	20/01/2016	<b>36</b>
0222600-96.1995.5.04.0122	BUSCA E APREENSÃO	15/12/2015	20/01/2016	<b>36</b>
0001010-51.2012.5.04.0122	BUSCA E APREENSÃO	15/12/2015	20/01/2016	<b>36</b>
0000753-60.2011.5.04.0122	PENHORA	23/08/2016	28/09/2016	<b>36</b>
0061900-37.2004.5.04.0121	PENHORA	10/01/2017	15/02/2017	<b>36</b>
0000771-50.2012.5.04.0121	PENHORA	24/01/2017	01/03/2017	<b>36</b>
0091100-16.2009.5.04.0121	NOTIFICAÇÃO	13/10/2015	17/11/2015	<b>35</b>
0000295-43.2011.5.04.0122	PENHORA	08/11/2016	12/12/2016	<b>34</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2017)

\*Mandado expedido em Carta Precatória Inquiritória, extraviado, e dada a baixa no sistema informatizado em data posterior à devolução da CPI. Foi expedido novo mandado em substituição àquele em 08.02.2013, que foi devolvido pelo Oficial de Justiça, cumprido, em 26.02.2013.

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos)</b>				
<b>Processo</b>	<b>Tipo de mandado</b>	<b>Data da distribuição</b>	<b>Data da devolução</b>	<b>Total de dias</b>
0020895-43.2015.5.04.0123	Mandado	15/12/2015	11/02/2016	<b>58</b>
0020019-28.2014.5.04.0122	Mandado	29/03/2016	05/05/2016	<b>37</b>
0020019-28.2014.5.04.0122	Mandado	29/03/2016	05/05/2016	<b>37</b>
0020089-48.2014.5.04.0121	Mandado	21/05/2015	22/06/2015	<b>32</b>
0021097-80.2016.5.04.0124	Notificação	14/12/2016	14/01/2017	<b>31</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020111-34.2013.5.04.0124	Mandado	12/05/2015	10/06/2015	<b>29</b>
0020741-62.2014.5.04.0122	Notificação	19/11/2015	18/12/2015	<b>29</b>
0021022-44.2016.5.04.0123	Notificação	19/12/2016	17/01/2017	<b>29</b>
0021063-11.2016.5.04.0123	Notificação	19/12/2016	17/01/2017	<b>29</b>
0020964-72.2015.5.04.0124	Notificação	16/12/2015	13/01/2016	<b>28</b>
0020548-84.2013.5.04.0121	Mandado	17/02/2016	16/03/2016	<b>28</b>
0020024-79.2015.5.04.0101	Mandado	23/09/2015	20/10/2015	<b>27</b>
0020591-41.2015.5.04.0124	Ofício	18/12/2015	14/01/2016	<b>27</b>
0020798-49.2015.5.04.0121	Notificação	27/01/2016	23/02/2016	<b>27</b>
0020798-49.2015.5.04.0121	Notificação	27/01/2016	23/02/2016	<b>27</b>
0020082-18.2016.5.04.0305	Mandado	18/01/2017	14/02/2017	<b>27</b>
0020303-30.2014.5.04.0124	Mandado	26/01/2017	22/02/2017	<b>27</b>
0020052-13.2017.5.04.0122	Notificação	09/02/2017	08/03/2017	<b>27</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.05.2017)

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 01 mandado pendente de devolução nos processos físicos. Tal pendência, no entanto, se atribui à ausência do andamento de baixa no sistema.

Nº Processo	Nº Carga OJ	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
0084700-61.2001.5.04.0122	124-00348/16	13/09/2016	CITAÇÃO	FELIPE	*

Também o sistema PJe-JT, no dia 15.05.2017, apresentava 15 mandados sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo distribuído em 02.05.2017.

Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias pendentes
-------------	----------------------	-------------------	--------------------	----------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020101-48.2017.5.04.0124	02/05/2017	Mandado	LUIS FERNANDO GUERREIRO GONCALVES	13
0020120-57.2017.5.04.0123	02/05/2017	Notificação	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	13
0020120-57.2017.5.04.0123	02/05/2017	Notificação	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	13
0021026-81.2016.5.04.0123	02/05/2017	Notificação	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	13
0020230-53.2017.5.04.0124	02/05/2017	Notificação	MARCIO FERNANDO BRATZ	13
0020126-03.2013.5.04.0124	02/05/2017	Mandado	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	13
0020472-46.2016.5.04.0124	03/05/2017	Mandado	MARCIO FERNANDO BRATZ	12
0021488-87.2016.5.04.0333	03/05/2017	Mandado	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	12
0020959-16.2016.5.04.0124	03/05/2017	Notificação	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	12
0020107-32.2015.5.04.0122	04/05/2017	Notificação	FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA	11
0020317-72.2017.5.04.0006	04/05/2017	Notificação	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	11
0021036-31.2016.5.04.0122	04/05/2017	Mandado	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	11
0020547-85.2016.5.04.0124	04/05/2017	Mandado	GUILHERME AGULHAM	11
0020843-78.2014.5.04.0124	04/05/2017	Mandado	FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA	11
0020358-39.2017.5.04.0103	04/05/2017	Notificação	ALEX JORDAN SOARES MAMEDE	11

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por Oficial de Justiça Avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por Oficial de Justiça Avaliador da Central de Mandados de Rio Grande.

**ALEX JORDAN SOARES MAMEDE**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>inFOR</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	02	02
<b>Citação</b>	00	00	10	10
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	05	05
<b>Penhora</b>	00	00	08	08
<b>Outros</b>	00	00	10	10
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
<b>PJe</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 PJe</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 PJe</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Notificação</b>	00	00	229	219
<b>Mandado</b>	00	00	114	106
<b>Ofício</b>	00	00	53	51
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>396</b>	<b>376</b>

<b>FELIPE MATOZO KNOPP</b>				
<b>inFOR</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	04	04	00	00
<b>Citação</b>	46	48	12	12
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	41	41	08	08
<b>Penhora</b>	35	38	10	10



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Outros</b>	58	58	05	05
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>189</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
<b>PJe</b>				
<b>Abr-2015 a Mar-2016</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017</b>		
<b>PJe</b>		<b>PJe</b>		
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Notificação</b>	257	262	119	119
<b>Mandado</b>	80	82	60	60
<b>Ofício</b>	27	27	12	12
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>371</b>	<b>191</b>	<b>191</b>

**FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA**

<b>inFOR</b>				
<b>Abr-2015 a Mar-2016</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017</b>		
<b>Processos Físicos</b>		<b>Processos Físicos</b>		
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	02	02
<b>Citação</b>	35	34	36	36
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	42	41	32	34
<b>Penhora</b>	55	53	32	34
<b>Outros</b>	47	47	34	34
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>175</b>	<b>136</b>	<b>140</b>
<b>PJe</b>				
<b>Abr-2015 a Mar-2016</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017</b>		
<b>PJe</b>		<b>PJe</b>		
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Notificação</b>	339	333	367	364
<b>Mandado</b>	108	107	167	165
<b>Ofício</b>	13	13	27	27



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>453</b>	<b>561</b>	<b>556</b>
--------------	------------	------------	------------	------------

**GUILHERME AGULHAM**

**inFOR**

	<b>Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	03	02
<b>Citação</b>	36	36	52	52
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	38	38	37	37
<b>Penhora</b>	29	29	35	35
<b>Outros</b>	36	36	22	22
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>141</b>	<b>149</b>	<b>148</b>

**PJe**

	<b>Abr-2015 a Mar-2016 PJe</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 PJe</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Notificação</b>	256	251	510	505
<b>Mandado</b>	75	69	221	226
<b>Ofício</b>	22	20	48	48
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>340</b>	<b>779</b>	<b>779</b>

**LUIS FERNANDO GUERREIRO GONCALVES**

**inFOR**

	<b>Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	02	03	02	02
<b>Citação</b>	48	48	22	23



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	42	48	32	33
<b>Penhora</b>	42	54	27	27
<b>Outros</b>	34	34	25	26
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>187</b>	<b>108</b>	<b>111</b>
<b>PJe</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 PJe</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 PJe</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Notificação</b>	284	289	401	377
<b>Mandado</b>	99	94	207	213
<b>Ofício</b>	13	12	52	53
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>395</b>	<b>660</b>	<b>643</b>

<b>LUIZ CARLOS DE SOUZA</b>				
<b>inFOR</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	01	01
<b>Citação</b>	43	42	35	36
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	36	35	25	26
<b>Penhora</b>	49	48	22	23
<b>Outros</b>	17	17	15	15
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>144</b>	<b>98</b>	<b>101</b>
<b>PJe</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 PJe</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 PJe</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Notificação</b>	299	298	332	328
<b>Mandado</b>	82	83	176	174
<b>Ofício</b>	05	04	18	19
<b>Total</b>	<b>386</b>	<b>385</b>	<b>526</b>	<b>521</b>

<b>MARCIO FERNANDO BRATZ</b>				
<b>inFOR</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	02	02
<b>Citação</b>	40	43	34	37
<b>Condução de Testemunha</b>	01	00	01	02
<b>Notificação</b>	54	56	30	30
<b>Penhora</b>	53	54	25	29
<b>Outros</b>	27	28	12	13
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>183</b>	<b>104</b>	<b>113</b>
<b>PJe</b>				
	<b>Abr-2015 a Mar-2016 PJe</b>		<b>Abr-2016 a Mar-2017 PJe</b>	
	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Devolvidos</b>
<b>Notificação</b>	368	375	283	294
<b>Mandado</b>	108	110	179	180
<b>Ofício</b>	23	19	27	28
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>504</b>	<b>489</b>	<b>502</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O Foro Trabalhista de Rio Grande encontra-se em uma situação peculiar: a 1ª e 2ª Varas do Trabalho, bem como a Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandados estão situadas em prédio próprio (Rua Val Porto, 485, Bairro Parque Coelho) e a 3ª e 4ª Varas do Trabalho em prédio alugado (Rua Mal. Floriano Peixoto, 425, 8º Andar, Centro). Segundo o Diretor da Secretaria de Manutenção e Projetos deste TRT, Sandro Schiavon, o terreno próximo à Justiça Federal já foi entregue pela União a este Tribunal. O projeto arquitetônico está em andamento, com previsão de início das obras ainda no primeiro semestre de 2018 e conclusão até o final de 2019.

O funcionamento da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados é de forma integrada. Essa Unidade atende um Foro Trabalhista de médio porte. As instalações são adequadas e o espaço físico é suficiente, à exceção do arquivo, o qual está quase sem espaço para receber novas remessas.

Pelo fato do Foro estar dividido entre dois prédios, a Coordenadora considera insuficiente a lotação de três servidores na CCDF por estar localizada no prédio 1 e haver necessidade de atendimento no prédio 2. A própria Coordenadora vai ao prédio 2 para prestar auxílio aos advogados todas as quintas-feiras pela manhã, em uma sala de apoio que lá existe. Nesse dia faz a carga dos processos arquivados naquele prédio. Por vezes, os Agentes de Segurança que atuam no prédio 2 auxiliam a CCDF a localizar processos no arquivo para emprestar para cópia aos advogados, tendo em vista a falta de pessoal.

O processo eletrônico foi instalado no Foro de Rio Grande em 11.12.2012. Nesse período, houve redução no número de processos físicos em tramitação. Com essa alteração, a Unidade passou a auxiliar as Varas em algumas atividades relacionadas ao processo eletrônico, auxílio esse que não é maior porque a Unidade tem apenas três servidores lotados, além de dois Agentes de Segurança em cada prédio. De qualquer sorte, a Unidade faz a triagem inicial das ações para as quatro Varas e o lançamento de todo o protocolo recebido nos processos físicos, ainda que também as Varas recebam protocolo e, nesses casos, façam seus próprios lançamentos. Há uma orientação da Direção do Foro para que o protocolo seja recebido tanto na CCDF quanto nas Varas. Fazem, ainda, a digitalização de documentos remetidos para a 1ª Vara para inclusão no PJe. Um dos três servidores atua, praticamente, só no atendimento ao balcão e a Coordenadora e sua Assistente são responsáveis pelas outras tarefas. Também auxiliam os advogados na utilização do PJe, ainda que tal demanda tenha diminuído muito no último ano.

A Unidade reduz a termo as reclamações verbais; no ano de 2016 foram 3. Quem realiza tal atividade é, normalmente, a Coordenadora.

Quando recebidos autos físicos de outros Foros, todas as peças do processo físico (Inicial, procuração, contestação, Exceção de Incompetência, atas e decisões) necessárias à instrução do processo são digitalizadas e inseridas no processo eletrônico na mesma ordem em que estavam nos autos físicos. O processo é remetido para a Vara a que couber a distribuição.

A Unidade é responsável pelo arquivo do Foro. Os processos arquivados estão bem organizados, divididos entre os dois prédios. Não houve remessa de processos ao depósito centralizado em Porto Alegre no ano de 2016 e a Coordenadora informou que há pouco espaço para novos arquivamentos no prédio 1.

Também é responsabilidade do setor zelar pela manutenção dos prédios e resolver pequenas demandas. Informou a Coordenadora que o prédio 2, o qual é locado e cuja construção é antiga, apresenta muitos problemas.

É atribuição da CCDF administrar o trabalho da central de mandados. Disse a Coordenadora conferir as certidões nos processos físicos, acompanhar os cumprimentos e certificar as inconsistências do sistema. A Coordenadora elogiou a equipe de Oficiais de Justiça



e disse não haver necessidade de fazer cobrança de mandados. Afirmou que a distribuição dos mandados eletrônicos é feita automaticamente e que atua com perfil de distribuidor. O Foro tem a peculiaridade de o oficial plantonista cumprir os mandados urgentes e de plantão e, portanto, não ser feita a redistribuição dos mandados durante as férias dos Oficiais. Pelos dados obtidos, verifica-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça está adequado.

Requeru a Coordenadora mais 01 servidor ou, alternativamente, 01 estagiário. Referiu que o horário de atendimento é das 8h às 19h e são apenas três servidores na Unidade. Também solicitou autorização para remessa de processos arquivados ao depósito centralizado, tendo-lhe sido dito, na ocasião, não ser possível a remessa por absoluta falta de espaço físico. Quanto ao pedido de contratação de um estagiário, foi informado, pela SEGESP, não ser possível, pois não são autorizados estagiários para as CCDF's.

Na inspeção constatou-se a boa organização da Unidade, sob a condução da Coordenadora Cláudia de Felipe Rodrigues, que, juntamente com a pequena equipe de servidores, desempenha um excelente trabalho na CCDF de Rio Grande, auxiliando as Varas e os jurisdicionados de forma exemplar.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por sugestão da Diretora de Secretaria da 4ª Vara, o Vice-Corregedor e sua equipe, acompanhados do Juiz Diretor do Foro, Giovani Martins de Oliveira, e da Diretora de Secretaria Ana Cristina Duval Cruzeiro, visitaram um prédio disponível e ofertado para aluguel mediato (com adaptações) que comporta todo o Foro. Referido prédio já foi utilizado preteritamente pela 1ª e 2ª Varas. Considerando o transtorno ocasionado aos jurisdicionados pela distância entre os prédios e a dificuldade de audiências simultâneas em todos os dias da semana, seria uma solução adequada enquanto não se concretiza a obra do Foro único.

Comunique-se à Presidência.

## **7 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **7.1. Direção do Foro**

Em face dos questionamentos acerca das dificuldades enfrentadas nas Varas do Trabalho de Rio Grande com o Banco do Brasil quando da solicitação de saldo das contas judiciais, informando haver muita dificuldade no contato telefônico e quase ausência de resposta a *e-mails*, recomenda-se ao Diretor do Foro que procure solucionar junto à gerência do Banco do Brasil de Rio Grande a forma de cooperação com o trabalho das Unidades no tocante aos depósitos judiciais lá realizados.

### **7.2 Central de Mandados**

#### **ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)**



Determina-se a correção do andamento no sistema informatizado referente à devolução do mandado nº 124-00348/16, processo nº 0084700-61.2001.5.04.0122.

## **8 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Coordenadora e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande no dia 30 de maio, das 10h30min às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os repórteres Anete Poll, do “Jornal Agora”, e Léo Oliveira, da “TV Mar”, ambos da imprensa local, para entrevista com o Vice-Corregedor.

## **10 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à essa Vice-Corregedoria (através do e-mail [vice\\_cor@trt4.jus.br](mailto:vice_cor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas.

## **11 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Coordenadora Cláudia de Felipe Rodrigues e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor**